

## 1ª Fase – PROVA OBJETIVA

### DIREITO DO TRABALHO

**QUESTÃO 1 - O Decreto n. 3.197, de 5 de outubro de 1999, promulgou a Convenção n. 132, da OIT, que dispõe sobre as Férias Anuais Remuneradas. Em conformidade com suas disposições, assinale a alternativa correta:**

- A. os dias feriados oficiais ou costumeiros, quer se situem ou não dentro do período de férias anuais, não serão computados como parte do período de férias anuais remuneradas;
- B. as férias são concedidas por ato do empregador, que determinará com exclusividade a ocasião em que as férias serão gozadas, sendo irrelevante o interesse do empregado;
- C. o período concessivo das férias será sempre o mesmo previsto na CLT, ou seja, 1 (um) ano;
- D. o período aquisitivo das férias passa a ser computado como ano civil;
- E. as férias não mais podem ser fracionadas.

**QUESTÃO 2 - A Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013, altera a redação do parágrafo único do Art. 7º da Constituição Federal de 1988; após, a Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015, dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. É correto afirmar que de acordo com as regras jurídicas vigentes:**

- A. é vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos para o desempenho de trabalho doméstico;
- B. tendo em vista a impossibilidade de controle de jornada do trabalhador doméstico, está vedada a adoção de acordo de compensação;
- C. não é possível celebrar um contrato de trabalho em tempo parcial para jornadas de até 25 (vinte e cinco) horas semanais com os trabalhadores domésticos, eis que a modalidade contratual está prevista na CLT, que não se lhes é aplicável;
- D. é empregado doméstico aquele que presta serviços de forma contínua, com subordinação, pessoalidade e onerosidade, à pessoa ou família, no âmbito residencial destas, por mais de 1 (um) dia por semana;
- E. o empregado doméstico não tem a faculdade de conversão de um terço do período de férias a que tem direito em abono pecuniário.

**QUESTÃO 3 - Assinale a alternativa verdadeira: integram a remuneração, com natureza salarial:**

- A. vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço;
- B. bolsas de estudos concedidas pelo empregador para garantia de educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;
- C. seguros de vida e acidentes pessoais pagos pelo empregador;
- D. previdência privada quando prevista em instrumento normativo da categoria;
- E. gorjetas compulsórias e ou espontâneas rateadas entre os empregados.

**QUESTÃO 4 - É incorreto afirmar sobre o contrato de aprendizagem: que pode ser extinguir:**

- A. pelo advento do termo final;
- B. quando o aprendiz completar 18 (dezoito anos), ou seja, com a maioria trabalhista, salvo em se tratando de aprendiz com deficiência;
- C. a pedido do aprendiz;
- D. pelo cometimento pelo aprendiz de falta disciplinar grave;
- E. por ausência injustificada à escolar que implique perda do ano letivo.

**QUESTÃO 5 - Em relação ao aviso prévio, pode-se afirmar que:**

- A. pode ser indenizado, trabalhado no estabelecimento do empregador ou cumprido em casa;
- B. não há convalidação para rescisão por justa causa na hipótese em que o empregado pratica um ato faltoso durante o período de seu cumprimento;
- C. a proporcionalidade se aplica tanto para o concedido pelo empregado quanto pelo empregador;
- D. se aplica igualmente aos estagiários, que tem alguns direitos dos empregados, tal como férias remuneradas, estendidos por lei;
- E. a proporcionalidade, quando aplicável, é limitada a um período máximo de 90 (noventa) dias.

**QUESTÃO 6 - Assinale a alternativa correta:**

- A. a licença-maternidade passou a ser de 6 (seis) meses para todas as empresas privadas, independentemente de terem aderido a um programa de incentivos fiscais;
- B. as pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada perdem o benefício se celebrarem um contrato de trabalho;
- C. a aposentadoria por idade ou por incapacidade laboral implicam a rescisão contratual;
- D. em caso de morte da trabalhadora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono;
- E. é permitido o “*truck system*” no direito do trabalho brasileiro.

**QUESTÃO 7 - No tocante ao trabalho de estrangeiros, é correta a assertiva, conforme a legislação infraconstitucional:**

- A. que há uma regra de proporcionalidade (2/3) na contratação e nas remunerações pagas em relação a trabalhadores nacionais, aplicáveis a trabalhadores urbanos, rurais e domésticos;
- B. excluem-se da proporcionalidade os que exercem funções técnicas especializadas, desde que o Ministério do Trabalho declare que há falta de trabalhadores nacionais;
- C. a contratação de técnicos estrangeiros no Brasil, embora residentes e domiciliados no exterior, pode ser celebrada a termo certo ou com duração indeterminada;
- D. aos trabalhadores fronteiriços se aplicam as mesmas regras jurídicas previstas para os trabalhadores estrangeiros com internamento no país;
- E. é vedada qualquer cláusula de preferência em relação a trabalhadores nacionais quando houver “dispensa” de trabalhadores.

**QUESTÃO 8 - Dentre as alternativas, assinale a correta:**

- A. por previsão expressa da CLT, na falta de estipulação de salário exclui-se da condição de empregado o sujeito que presta serviços, ainda que a prestação ocorra de modo não eventual e subordinado, pela ausência de onerosidade;
- B. uma das causas de pactuação de contratos de trabalho temporário é a substituição de empregados nas empresas. Desse modo, aplicam-se-lhes as regras de equiparação salarial previstas na CLT.
- C. um empregado pode ser substituído por outro, desde que haja conhecimento e anuência do empregador: tal possibilidade não consiste em novação subjetiva no contrato, uma vez que nova relação contratual de trabalho com o trabalhador substituto pode ser estabelecida;
- D. o trabalhador temporário não tem direito ao recebimento de indenização por férias proporcionais, nem ao pagamento de adicional;
- E. nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 9 - Em relação a Carteira de Trabalho e Previdência Social é correto afirmar que:**

- A. pela legislação celetária a Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada;
- B. pela legislação celetária a Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória a proprietário rural ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência, e exercido em condições de mútua dependência e colaboração;
- C. pela legislação celetária a Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória a quem realiza atividades em regime de economia familiar e sem empregado, explore área não excedente do módulo rural ou de outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- D. pela legislação celetária, tratando-se de serviço de profissionais de qualquer atividade, exercido por empreitada individual ou coletiva, com ou sem fiscalização da outra parte contratante, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será anotada pelo respectivo sindicato profissional ou pelo representante legal de sua cooperativa;
- E. todas as alternativas anteriores estão corretas.

**QUESTÃO 10 - É correto afirmar que:**

- A. pela legislação celetária serão exigidos exames toxicológicos, previamente à admissão e por ocasião do desligamento, quando se tratar de motorista profissional, assegurados o direito à contraprova em caso de resultado positivo e a confidencialidade dos resultados dos respectivos exames;
- B. não há previsão expressa na legislação celetária de hipótese para aplicação de sanções de advertência;
- C. anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado, ou confessar ou declarar em juízo ou fora dele, data de admissão em emprego diversa da verdadeira é crime de falsidade, com as penalidades do art. 299 do Código Penal;
- D. para fins de contratação, o empregador não poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade;
- E. todas as alternativas anteriores estão corretas.

**GABARITO:**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	A	E	B	E	D	B	C	A	E